Arte | Educação | Performance
Filosofia | História | Interdisciplinar | Linguística | Literatura

Volume 2026
ISSN 2319-0868

VOZES FORTES: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E EMPODERAMENTO FEMININO NA EJA

STRONG VOICES: NARRATIVES, MEMORIES, AND FEMALE EMPOWERMENT IN YOUTH AND ADULT EDUCATION (YAE)

VOCES FUERTES: NARRATIVAS, MEMORIAS Y EMPODERAMIENTO FEMENINO EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS (EJA)

Josineia Barroso dos Santos
Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá/AP, Brasil

Argemiro Midonês Bastos
Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá/AP, Brasil

Resumo

Este artigo discute a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um espaço de resistência e transformação social, com foco nas vivências femininas atravessadas por rupturas educacionais, desigualdades de gênero e múltiplas vulnerabilidades sociais. Parte-se da compreensão de que o silenciamento das mulheres na educação é resultado de um contexto androcêntrico e patriarcal, que opera por meio de negações simbólicas e epistemológicas de suas vozes e experiências. Defende-se a importância de uma abordagem interseccional para compreender as múltiplas opressões vivenciadas por essas mulheres, articulando gênero, raça, classe e território. A pesquisa narrativa é apresentada como um método ético, político e epistemológico que possibilita dar visibilidade às histórias de vida das mulheres da EJA, reconhecendo suas experiências como fontes legítimas de conhecimento. O artigo, fundamentado em revisão bibliográfica, reflete sobre o potencial da narrativa para promover o empoderamento feminino, a valorização da memória e a construção de práticas pedagógicas críticas, feministas e humanizadoras. Ao valorizar a escuta sensível e a subjetividade das alunas, a pesquisa narrativa contribui para fortalecer processos de autonomia, pertencimento e justiça social, reafirmando a EJA como um espaço educativo que vai além da escolarização tardia, tornando-se uma prática de liberdade e transformação.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Empoderamento; Mulher.

Abstract

This article explores Youth and Adult Education (YAE) as a strategic arena for social transformation and women's empowerment, focusing on the educational trajectories

SANTOS, Josineia Barroso dos; BASTOS, Argemiro Midonês. VOZES FORTES: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E EMPODERAMENTO FEMININO NA EJA. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, Volume 1, Ano 2026, p. 1-25.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

REVISTA DA FUNDARTE

of those who have historically faced discontinuities, social inequality, and epistemic silencing. Drawing on a bibliographic review and grounded in a narrative research approach, the study foregrounds women's life stories as critical epistemic sites within YAE. It examines how gender, race, class, and territorial dynamics intersect to shape their educational experiences, underscoring the need for intersectional and critically engaged pedagogies. The narrative method is presented as an ethical, political, and epistemological framework that legitimizes women's memories and subjectivities as valid sources of knowledge. By fostering attentive listening and amplifying women's voices, YAE contributes to dismantling stereotypes and advancing social justice. Ultimately, the article reaffirms YAE not merely as a space for late schooling but as a transformative field that nurtures autonomy, identity, and citizenship. The study contributes to ongoing debates on gender, education, and epistemic justice, highlighting the potential of narrative research to enhance educational practices that are committed to human rights and equity.
Keywords: Youth and Adult Education; Women's Empowerment; Narrative Research.

Resumen

Este artículo examina la Educación de Personas Jóvenes y Adultas (EPJA) como un espacio estratégico para la transformación social y el empoderamiento de las mujeres, centrándose en las trayectorias educativas de aquellas históricamente marcadas por rupturas, desigualdades y silenciamientos epistémicos. Basado en una revisión bibliográfica y sustentado en el enfoque de la investigación narrativa, el estudio visibiliza las historias de vida de las mujeres como lugares de producción de conocimiento y resistencia en el contexto de la EPJA. Se analizan las intersecciones entre género, raza, clase y territorio en la configuración de sus experiencias educativas, subrayando la urgencia de prácticas pedagógicas críticas, interseccionales y humanizadoras. La narrativa se propone como una herramienta ética, política y epistemológica que legitima las memorias y subjetividades femeninas como saberes válidos. Se sostiene que promover una escucha sensible y el reconocimiento de las voces de las mujeres contribuye a desmontar estereotipos y a fortalecer la justicia social. En este sentido, la EPJA se reafirma no solo como un espacio de escolarización tardía, sino como un ámbito transformador que impulsa autonomía, identidad y ciudadanía. El estudio aporta al debate académico sobre género, educación y justicia epistémica, al resaltar el potencial de la investigación narrativa en contextos educativos comprometidos con los derechos humanos y la equidad.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos; Empoderamiento; Mujer.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se configura como um espaço plural e potencialmente transformador para sujeitos que historicamente vivenciaram rupturas e exclusões no percurso educacional. Dentre esses sujeitos, as mulheres ocupam lugar de destaque, uma vez que suas trajetórias são marcadas por processos de silenciamento, desigualdade de gênero e múltiplas vulnerabilidades sociais.

O silenciamento das mulheres se dá em meio a uma sociedade androcêntrica e patriarcal, alcançando a educação como uma forma de exclusão que transcende a ausência física, operando sobretudo pela negação simbólica e epistemológica de suas vozes. Ele se expressa na desvalorização de suas narrativas, na reprodução de estereótipos e na ausência de uma escuta ativa nos espaços de ensino. A superação dessas desigualdades requer uma abordagem interseccional que considere as múltiplas opressões articuladas ao gênero, raça, classe e território, além da reconfiguração dos espaços educacionais como lugares de resistência e transformação.

É sob a perspectiva de gênero, que a EJA se torna este espaço estratégico de transformação social, deixando de ser apenas um caminho de escolarização tardia, mas um instrumento político de empoderamento e afirmação de direitos. O empoderamento feminino através da educação se expressa na valorização das experiências, no fortalecimento da autoestima, no acesso ao conhecimento e na ampliação da cidadania e combate à violência epistêmica. Através de práticas pedagógicas críticas e humanizadoras, a EJA contribui para que mulheres historicamente marginalizadas possam ressignificar suas trajetórias e exercer protagonismo em diferentes esferas da vida.

A compreensão das vivências femininas no contexto da EJA exige uma abordagem sensível à trajetória de vida das mulheres que retornam à escola após anos de afastamento. Dentre as possibilidades metodológicas, a pesquisa narrativa emerge como um caminho ético, político e epistemológico que permite acessar as experiências, os sentidos e os processos de subjetivação dessas mulheres, valorizando suas memórias como fonte legítima de conhecimento.

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

> [...] a pesquisa narrativa é uma abordagem metodológica que visa compreender as experiências humanas por meio de relatos de vida dos narradores considerando os pressupostos e influências dos contextos históricos e socioculturais em que os participantes estão imersos". (Borrego; Azevedo, 2025, p. 137).

As experiências humanas são construídas e compreendidas por meio de histórias. As pessoas não apenas vivem acontecimentos isolados; elas atribuem sentido a esses acontecimentos ao narrá-los. Contar uma história sobre si mesmo ou sobre sua trajetória permite que a pessoa reafirme sua identidade, reinterprete o passado e, muitas vezes, ressignifique experiências de dor, resistência ou superação. Segundo Clandinin e Connelly (2011, p. 27) "experiências são as histórias que as pessoas vivem. As pessoas vivem histórias e no contar dessas histórias se reafirmam. Modificam-se e criam histórias. As histórias vividas e contadas educam a nós mesmos e aos outros".

Educação e estudos em Educação são formas de experiência (Clandinin; Connelly, 2011) desta forma a pesquisa narrativa pode ser "utilizada na educação como método para compreender a experiência dos educandos, educadores/as e outras pessoas envolvidas no contexto educacional, em relação ao processo de ensino e aprendizagem e nas relações estabelecidas entre escola e sociedade". (Carvalho; Bastos, 2025)

O objetivo deste artigo, estruturado na forma de uma revisão bibliográfica, é examinar e refletir as possibilidades da utilização das narrativas como método de pesquisa para discutir o empoderamento feminino no contexto da EJA, compreendendo-o como um processo contínuo de fortalecimento pessoal e coletivo, sustentado na valorização da experiência, da memória e da escuta sensível das narrativas femininas. A partir de uma revisão bibliográfica com enfoque método narrativo, propõe-se analisar como a EJA pode se constituir em instrumento de transformação, ampliando as possibilidades de autonomia, pertencimento e visibilidade das mulheres que nela encontram um espaço para resistir e reexistir.

A escolha pela abordagem qualitativa, com ênfase na pesquisa narrativa, justifica-se pela intenção de compreender os sentidos atribuídos pelas próprias mulheres às suas vivências educacionais, reconhecendo suas histórias de vida como fonte legítima de conhecimento. Trata-se, portanto, de privilegiar as vozes

Volume 2026
ISSN 2319-0868

femininas, historicamente marginalizadas nos discursos hegemônicos, e de afirmar o valor político, identitário, pedagógico e epistemológico da memória como instrumento de reconstrução de subjetividades e de luta por justiça social. Defendendo, assim, uma pedagogia crítica e feminista, comprometida com a valorização das narrativas femininas como fontes legítimas de conhecimento e com a construção de uma educação mais justa, plural e emancipadora - a educação como prática da liberdade. (Freire, 2019)

Sem a pretensão de exaurir as definições e reflexões concernentes ao tema, mas sim de suscitar novas indagações e aprofundamentos sobre a questão, o presente artigo divide-se em textos que visam analisar a EJA enquanto política pública marcada por tensões entre direitos sociais e lógicas neoliberais, destacando seu potencial como espaço de resistência, empoderamento feminino e justiça epistemológica. Discute-se, ainda, o silenciamento das mulheres na educação e a contribuição da pesquisa narrativa e da memória na valorização de suas experiências como formas legítimas de conhecimento e transformação social.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A RECONSTRUÇÃO DA DIGNIDADE: NARRATIVAS, POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino voltada para pessoas que não tiveram acesso ou não concluíram a educação básica na idade apropriada. No Brasil, a educação é um direito de todos, inclusive daqueles que foram excluídos ou interrompidos em sua trajetória escolar (Brasil, 1988). Contudo, para que esse direito seja efetivamente garantido, o acesso ao ensino é insuficiente, tendo em vista um histórico de negligência nesse campo educacional. Devemos buscar para além da função reparadora da EJA, que visa corrigir essas desigualdades históricas, mas garantir a permanência e a equidade na educação - função equalizadora, assim como uma formação ampla a partir da qual seus sujeitos possam ter seu repertório intelectual valorizado e sua cidadania fortalecida - função qualificadora. (Brasil, 2000)

A EJA carrega em si marcas profundas das lutas sociais que a constituíram. A presença da EJA como política pública representa uma resposta — ainda que parcial — à desigualdade educacional histórica do país, evidenciando a

Volume 2026
ISSN 2319-0868

materialização de demandas sociais reprimidas ao longo das décadas. A compreensão da dinâmica histórica da EJA no Brasil revela uma trajetória de descontinuidades, invisibilização e fragilidade nas políticas públicas, que refletem uma negligência histórica do direito à educação para as camadas populares.

Essa negligência se entrelaça com o próprio percurso da construção dos direitos sociais e políticos no país, cujas bases sempre foram marcadas pela seletividade e exclusão. Como afirma Miguel Arroyo (2018), as políticas de EJA precisam ser compreendidas dentro de uma lógica de "inclusão excludente", na qual o acesso à educação ocorre de forma precária, tardiamente e sob parâmetros que não rompem com o modelo hegemônico de escola.

Desde as iniciativas de alfabetização popular na década de 1960, inspiradas por Paulo Freire, a EJA foi concebida como um espaço de humanização e transformação social. Freire (2019) propunha uma pedagogia que partisse da realidade concreta dos sujeitos, valorizando seus saberes e promovendo o desenvolvimento da consciência crítica como condição para a emancipação. Durante o regime militar, no entanto, essas práticas foram perseguidas e substituídas por programas tecnicistas e autoritários, comprometendo a consolidação de uma EJA libertadora.

Esse histórico de tensões entre uma perspectiva emancipadora e práticas pedagógicas conservadoras repercute até os dias atuais. A EJA evidencia-se, portanto, como uma tentativa de reparação social, uma forma de enfrentar as exclusões que atingem trabalhadores(as), negros(as), mulheres, povos do campo e outros sujeitos marginalizados pelo racismo, sexismo e pela lógica de exclusão socioespacial. Por muito tempo, o olhar escolar enxergou nos sujeitos da EJA apenas suas trajetórias escolares truncadas: alunos evadidos, reprovados, defasados, alunos com problemas de frequência, de aprendizagem, não concluintes do Ensino Fundamental e Médio. (Arroyo, 2018)

Contudo, apesar de seu potencial emancipador, a EJA tem sido historicamente atravessada por políticas públicas de caráter restritivo e compensatório, que não enfrentam de forma estrutural as causas das desigualdades educacionais. Como destaca Castro e Cruz (2024, p. 3) o Estado brasileiro, "limita-se a ofertar o mínimo de conhecimentos necessários para que a população possa

Volume 2026
ISSN 2319-0868

ter as habilidades demandadas pelo mercado de trabalho, inclusive na oferta de EJA, cujo público compõe uma das forças produtivas da sociedade", revelando o caráter ambíguo da modalidade, situada entre o direito à educação e a instrumentalização neoliberal.

Apesar do reconhecimento constitucional e da LDB de 1996, a efetivação da EJA permanece sujeita à instabilidade política, com programas descontinuados e baixo investimento em formação de educadores e infraestrutura. Essa falta de continuidade e compromisso público vai muito além da simples ausência de oferta de vagas: compromete o direito educacional de sujeitos que buscam a escola desejando reconstruir trajetórias de vida interrompidas, ampliar suas possibilidades e exercer plenamente sua cidadania.

Essa realidade evidencia que a EJA não pode ser reduzida a uma função meramente certificadora. Pelo contrário, ela se configura como um espaço que valoriza os saberes populares, as memórias individuais e coletivas e a dignidade dos sujeitos historicamente marginalizados. Como afirma Arroyo (2018, p. 39), é fundamental reconhecer "a centralidade das vivências, da cultura, do universo de valores, dos sistemas simbólicos dos educandos e dos educadores nos processos de aprendizagem". Neste cenário, a pedagogia inspirada em Paulo Freire se apresenta como uma resposta potente aos desafios da EJA. Como destacam Silva, Santos e Gehlen (2023), ao partir de temas significativos e da realidade concreta dos sujeitos, a pedagogia freireana propõe uma prática educativa emancipadora, que compreende o ser humano como um sujeito em constante construção. Isso implica, portanto, entender a escola como um espaço de diálogo, de reconstrução de subjetividades e de produção de novos sentidos para a vida.

> Paulo Freire defende uma educação pautada na perspectiva de uma pedagogia libertadora, como pressuposto para a conscientização dos sujeitos em situação de opressão. Ao ter como ponto de partida situações que são significativas e que emergem da realidade dos sujeitos, esse modelo de educação busca desenvolver a consciência crítica dos sujeitos, dando subsídios necessários para uma participação ativa na sociedade a qual pertencem. (Silva, Santos e Gehlen, 2023, p. 4).

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Castro e Cruz (2024, p. 4) reforçam essa contradição: “ao mesmo tempo em que a educação é utilizada como um instrumento ideológico e conservador do modo de produção capitalista [...], ainda assim, encerra um campo de possibilidades para a superação da realidade social em que vivemos”. Nesse campo de tensões, a EJA se mantém viva como um território de disputa, onde sujeitos historicamente oprimidos reivindicam seus lugares e constroem suas vozes.

O SILENCIAMENTO DA MULHER NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

O silenciamento das mulheres na sociedade é um fenômeno histórico e estrutural que permeia diversos contextos sociais, culturais e institucionais. Esse processo se concretiza pela negação da voz feminina em uma sociedade de base androcêntrica, evidenciando-se na desvalorização das experiências das mulheres e na exclusão de suas perspectivas tanto nos processos de produção do conhecimento quanto na participação política. Tais ideologias, como destaca Saffioti (2015) se sustentam nas:

> [...] relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. (Saffioti, 2015, p. 57).

Sob a perspectiva de gênero, torna-se claro que as experiências das mulheres no campo educacional foram, e continuam sendo atravessadas por exclusões, desigualdades e silenciamentos delineados por essas ideologias. Embora o acesso feminino à escola tenha se ampliado ao longo do século XX, a presença das mulheres nesses espaços não assegura, por si só, uma participação equitativa ou o reconhecimento de seus saberes nos processos de ensino e aprendizagem. O silenciamento das mulheres na educação representa uma das expressões mais persistentes das desigualdades de gênero nos sistemas educacionais. No contexto deste artigo, o conceito de silenciamento é compreendido como:

Volume 2026
ISSN 2319-0868

> [...] a expressão da censura, da interdição, mas também das estratégias do dizer e de produzir sentidos por parte de grupos hegemônicos (ou hegemonizados) que elaboram narrativas oficiais, enquadram memórias e empurram para espaços íntimos as trajetórias, as lutas e os danos históricos a indivíduos e coletivos subalternizados a fim de não reconhecer, não responsabilizar e não reparar. (Rovai, 2023, p. 18).

Segundo Hooks (2013, p. 237) “esse processo de censura é apenas uma das maneiras pelas quais os valores burgueses superdeterminam o comportamento em sala de aula e minam o intercâmbio democrático de ideias.” Trata-se, portanto, de um fenômeno que ultrapassa a mera ausência física das mulheres em determinados contextos escolares, manifestando-se principalmente por meio da negação simbólica, histórica e epistemológica da voz feminina nas estruturas educacionais. Essa negação é perceptível tanto na escuta limitada quanto na desvalorização das experiências femininas no ambiente educacional.

Compreender o silenciamento e a exclusão das mulheres na educação implica reconhecer que essa realidade é sustentada por uma lógica de produção de conhecimento que desconsidera os saberes, as narrativas e as vivências femininas. Ribeiro (2017) evidencia que a linguagem e o conhecimento não são neutros ou universais, mas constituídos a partir de relações de poder que historicamente excluem as vozes periféricas. A autora defende a valorização dos saberes subalternizados e denuncia o funcionamento da chamada “epistemologia mestre”, que define o que deve ou não ser reconhecido como conhecimento legítimo, operando, assim, como um poderoso mecanismo de silenciamento.

As instituições educacionais, por sua vez, frequentemente atuam como aparelhos ideológicos que reforçam hierarquias de poder e perpetuam a exclusão de vozes subalternizadas, especialmente as de mulheres negras e das classes populares. Esse processo configura um apagamento sistemático, um silenciamento estrutural, onde, como adverte Ribeiro (2017), “quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico”. Ainda segundo a autora, os epistemicídios de gênero ocorrem justamente quando os saberes das mulheres são deslegitimados ou considerados inferiores, à luz dos padrões eurocêntricos e masculinos de racionalidade científica.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Como enfatiza Bell Hooks (2013, p. 238), “há pouca discussão sobre a maneira como atitudes e valores das classes socialmente privilegiadas são transmitidos e naturalizados para todos, por meio de práticas pedagógicas carregadas de intencionalidades e orientações tendenciosas”. As práticas pedagógicas tendenciosas e alienadoras presentes em muitos contextos educacionais contribuem de forma significativa para o silenciamento das mulheres. Ao restringir o currículo a perspectivas dominantes e ao manter uma escuta seletiva que invisibiliza as narrativas femininas, a escola reforça desigualdades de gênero, impedindo que as mulheres ocupem efetivamente os espaços de produção e reconhecimento do saber.

Ao refletir sobre os mecanismos de silenciamento e exclusão das mulheres no campo educacional, é fundamental também considerar a concepção de normas de gênero proposta por Judith Butler (2023). Segundo a autora, o gênero não é uma essência fixa, mas uma construção social que se materializa por meio de práticas discursivas e repetidas performances, definindo o que é considerado adequado ou legítimo para homens e mulheres em diferentes contextos. Para Butler o gênero é uma construção performativa: “não é simplesmente um fato estável ou uma realidade, mas antes uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituída por meio de um estilo repetido de atos.” (Butler, 2023, p. 242)

Essas normas reguladoras de gênero operam como dispositivos de poder que limitam a expressão e o reconhecimento das subjetividades femininas, especialmente das mulheres que fogem aos padrões hegemônicos de feminilidade. No contexto educacional, as normas de gênero contribuem para a produção e reprodução de um currículo oculto que invisibiliza as experiências femininas, reforçando o epistemicídio apontado por Ribeiro (2017) e os processos de silenciamento descritos por Rovai (2023). Assim, a exclusão epistemológica das mulheres nos espaços de ensino e aprendizagem pode ser compreendida como parte de uma estrutura normativa que define quem tem direito à fala, ao conhecimento e ao reconhecimento social.

A compreensão do silenciamento feminino na educação torna-se ainda mais profunda quando analisada à luz da teoria da interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw (2002). Segundo a autora, as opressões de gênero, raça e

classe não operam de forma isolada, mas interagem de maneira simultânea e interdependente, criando formas específicas de marginalização. No contexto educacional, isso significa que o silenciamento das mulheres é atravessado por múltiplos marcadores sociais que intensificam as barreiras enfrentadas, especialmente por mulheres negras, indígenas, periféricas e das classes populares.

A interseccionalidade revela que as experiências de exclusão não são homogêneas: enquanto algumas mulheres enfrentam o apagamento apenas por razões de gênero, outras vivenciam uma sobreposição de opressões que ampliam sua invisibilidade nos espaços de ensino e aprendizagem. Dessa forma, a aplicação de uma perspectiva interseccional à análise do silenciamento permite não apenas identificar as múltiplas dimensões da exclusão, mas também construir estratégias pedagógicas mais sensíveis às diferentes realidades das mulheres na escola.

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 177).

Diante dessas análises e reflexões, é possível afirmar que o silenciamento das mulheres na educação não é um fenômeno isolado ou casual, mas resultado de uma construção histórica e social sustentada por normas de gênero, e por uma lógica epistemológica excludente. Esse processo de invisibilização é alimentado por estruturas educacionais que naturalizam conhecimentos produzidos a partir de uma perspectiva hegemônica, eurocêntrica e masculina, apagando as trajetórias, lutas e formas de saber construídas pelas mulheres, especialmente aquelas negras, periféricas e oriundas das classes populares.

Trata-se de uma manifestação da violência epistêmica (Rovai, 2009), que se materializa no ambiente escolar por meio de práticas que negam, deslegitimam ou invisibilizam determinados saberes e vozes, sobretudo os produzidos por grupos historicamente marginalizados. Esse processo define o que é considerado válido ou

Volume 2026
ISSN 2319-0868

não como conhecimento, reforçando as hierarquias de poder e aprofundando as desigualdades dentro do espaço escolar.

Por conseguinte, reconhecer o problema do silenciamento feminino na educação é um passo fundamental para a construção de práticas pedagógicas transformadoras. A partir dessa análise crítica, torna-se imprescindível enfrentar as raízes estruturais desse silenciamento e avançar para propostas concretas que permitam o reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos e epistemológicos.

Para acabar com esse ciclo de exclusão, urge refletir sobre estratégias pedagógicas, curriculares e institucionais que afirmem o direito das mulheres ao conhecimento e à voz. Superar o silenciamento, portanto, significa não apenas garantir o acesso formal das mulheres à educação, mas também promover uma profunda revisão das práticas educacionais, de forma a construir uma escola que seja espaço de resistência, diálogo e emancipação, orientada por uma pedagogia crítica, feminista e interseccional.

EMPODERAMENTO FEMININO NO CONTEXTO DA EJA

O conceito de empoderamento não é recente e por ser abrangente e relacionar-se a diversas áreas devemos aqui defini-lo para os fins deste artigo. Baquero (2012) faz menção a categorias de empoderamento: o empoderamento individual, o organizacional e o comunitário. Não nos interessa para o objetivo deste artigo discorrer sobre todas as categorias bastando, portanto, definir empoderamento individual e empoderamento comunitário, também falaremos de empoderamento de classe social segundo Paulo Freire .

> O empoderamento individual se refere ao nível psicológico de análise. No nível individual, empoderamento refere-se à habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida. (Baquero, 2012, p. 176).

O empoderamento individual se refere a autoemancipação fundado numa dimensão psicossocial. Já o empoderamento comunitário “envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de

Volume 2026
ISSN 2319-0868

interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do Estado." (Baquero, 2012). "Empoderar-se equivale [...] a possuir alternativa(s), sempre na condição de categoria social". (Saffioti, 2004, p. 121) Este segundo entendimento é o que mais se aproxima do conceito que queremos explorar neste texto.

Empoderar de "dar poder" ou empoderar de "tornar capazes"? As reflexões de Baquero nos remetem a Paulo Freire. De acordo com a autora Freire propõe o empoderamento de classe social, este que só poderá acontecer através de uma educação emancipatória. Baquero (2012) nos diz que Paulo Freire "concebe a educação como um ato político que envolve ação cultural para a libertação", pela perspectiva freireana:

> O empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder. (Baquero, 2012, p. 181).

Buscaremos ainda conceituar empoderamento agora numa dimensão feminista, entendemos que isto é fundamental para a compreensão das lutas por justiça social e igualdade de gênero, especialmente em espaços educativos voltados para populações historicamente marginalizadas, como a EJA. As mulheres compõem uma parcela expressiva do público da EJA e, ao mesmo tempo, enfrentam barreiras específicas para o acesso e permanência na escola. Tais barreiras incluem a sobrecarga com o trabalho doméstico e o cuidado com filhos, a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho e, em muitos casos, a violência de gênero contra a mulher em suas diversas formas. Segundo Saffioti (2004), o patriarcado estrutura relações sociais que mantêm as mulheres em posições de subordinação, impactando inclusive seu percurso educacional.

Para Naila Kabeer (1999) o empoderamento diz respeito à capacidade de fazer escolhas estratégicas em contextos em que essa capacidade havia sido negada. Por meio das categorias - recursos, agência e realizações - a autora propõe uma abordagem conceitual amplamente reconhecida para compreender o

Volume 2026
ISSN 2319-0868

empoderamento das mulheres. Os recursos educacionais — como o acesso à escola, ao conhecimento e às tecnologias — são condições necessárias, mas não suficientes, para o empoderamento. A agência, entendida como a capacidade de fazer escolhas e agir sobre o mundo, é muitas vezes restringida por fatores como a violência simbólica, a sobrecarga de trabalho reprodutivo e as expectativas sociais. Já as realizações educacionais das mulheres devem ser analisadas à luz dos contextos em que ocorrem, considerando não apenas a certificação escolar, mas também as transformações subjetivas e sociais que promovem.

Kabeer destaca que o empoderamento não deve ser entendido de forma universal ou abstrata, pois está profundamente enraizado nos contextos sociais, econômicos e culturais. Por isso, ela critica abordagens quantitativas rígidas e propõe uma análise sensível à realidade vivida por mulheres. Essa visão destaca que o empoderamento não é um estado, mas um processo contínuo de transformação, especialmente relevante para mulheres que enfrentam múltiplas formas de opressão.

Segundo Arroyo (2017), a EJA não deve ser compreendida apenas como uma política compensatória, mas como um direito humano que reconhece os saberes e a experiência de sujeitos historicamente marginalizados, entre eles as mulheres. Ao promover o empoderamento das discentes, a EJA possibilita a inserção ou reinserção no ambiente escolar (recursos); o desenvolvimento de competências socioemocionais (agência) e a capacitação profissional e autonomia econômica (realizações), aspectos fundamentais para o empoderamento e a emancipação feminina. Fazemos aqui uma relação ao que nos remete a teoria de empoderamento de Kabeer (1999).

De modo complementar, Hooks enfatiza que a educação crítica e o acesso ao conhecimento são instrumentos de libertação para as mulheres. Em obras como *Ensinando a Transgredir* (2013), Hooks defende que a sala de aula pode ser um espaço radical de possibilidade, onde as mulheres podem reconstruir suas vozes, suas histórias e sua autoestima. Ela reforça a importância de uma pedagogia que reconheça e valorize as experiências das mulheres, permitindo que elas assumam o controle de suas vidas com dignidade e consciência crítica.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

De acordo com a ONU Mulheres (2017), os *Princípios de Empoderamento das Mulheres* (*Women's Empowerment Principles - WEPs*, na sigla em inglês) propõem um conjunto de diretrizes voltadas ao setor privado com o objetivo de orientar empresas na promoção da equidade de gênero em todas as suas esferas de atuação. Esses princípios incluem o compromisso da liderança com a igualdade de gênero, o tratamento justo e igualitário entre homens e mulheres, a garantia da saúde e do bem-estar das trabalhadoras, o incentivo à educação e ao desenvolvimento profissional das mulheres, a implementação de práticas empresariais sensíveis ao gênero, a promoção de ações comunitárias e o monitoramento contínuo do progresso.

A cartilha destaca ainda que o empoderamento feminino vai além da inserção formal no mercado de trabalho, abrangendo também a valorização das vozes e experiências das mulheres nos espaços de decisão, nas políticas internas das organizações e na construção de uma cultura de respeito à diversidade. Os WEPs oferecem não apenas uma estrutura ética e operacional, mas também um instrumento transformador que contribui para a construção de ambientes mais justos, inclusivos e sustentáveis. Assim, os WEPs não podem ser analisados apenas como instrumentos técnicos de gestão, mas como parte de um processo político e pedagógico que visa à transformação das relações de poder e à ampliação das possibilidades de autonomia feminina. Em diálogo com as contribuições de Hooks, Kabeer e Arroyo, reforça-se a necessidade de políticas públicas e educacionais que valorizem os saberes das mulheres e que assegurem condições materiais e simbólicas para sua emancipação.

A EJA carrega uma perspectiva de gênero muito importante. Para muitas mulheres, o retorno à escola representa não apenas um resgate individual, mas também um ato político. Conforme argumenta Bell Hooks (2013), a educação pode ser um espaço de subversão quando rompe com as estruturas patriarcais e racistas que historicamente relegaram as mulheres negras e pobres à invisibilidade. Scott afirma (1995), que a categoria gênero é uma ferramenta analítica fundamental para compreender as relações de poder e as formas como o saber se constrói nas instituições, inclusive nas escolas.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

A EJA oferece um espaço significativo para que as mulheres retomem sua escolarização não apenas como um fim em si mesmo, mas como parte de um projeto mais amplo de reconstrução da autoestima, do protagonismo e da autonomia. Muitas mulheres que participam da EJA encontram nesse espaço uma oportunidade de ressignificar sua trajetória pessoal e social. O empoderamento por meio da educação envolve não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos e acadêmicos, mas também o fortalecimento das dimensões subjetivas e políticas das discentes. Como destaca Freire (2019), a educação libertadora parte da realidade concreta dos sujeitos e os convida à reflexão crítica sobre suas condições de existência.

O impacto da EJA vai além da sala de aula, promovendo a participação das mulheres em movimentos sociais, espaços comunitários e até no ingresso ao ensino superior. Trata-se de um processo de empoderamento que desperta nelas a consciência de seus direitos e o desejo de transformar suas realidades, em diálogo com outras mulheres e com a coletividade. Desempenhando um papel transformador na vida das mulheres, especialmente aquelas que enfrentaram exclusão histórica da educação formal. Investir na EJA é investir na dignidade, na autonomia e no futuro das mulheres, e, por consequência, na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática, é dar voz às mulheres.

A PESQUISA NARRATIVA E OS PRINCÍPIOS DA MEMÓRIA NA COMPREENSÃO DAS VIVÊNCIAS FEMININAS NA EJA

E, por que, então, recorrer à pesquisa narrativa para compreender as vivências femininas no contexto da EJA? O objeto de uma pesquisa narrativa são as histórias de vida, experiências ou relatos com o objetivo de compreender fenômenos, construir conhecimento e dar voz aos sujeitos da pesquisa. Segundo Borrego e Azevedo (2025, p. 137) “a experiência humana é essencialmente narrativa e [...] o conhecimento sobre esta é obtido pela interpretação das histórias compartilhadas pelas pessoas sobre aspectos específicos de suas vidas”, assim, “a narrativa tornou-se um caminho para o entendimento da experiência” (Clandinin; Connelly, 2011, p. 26). Em um processo de trocas entre pesquisador/a e pesquisado/a, “através da produção de dados e análise de histórias sobre essas

Volume 2026
ISSN 2319-0868

experiências, é possível identificar desafios e oportunidades para melhorar a qualidade da educação." (Carvalho e Bastos, 2025, p. 6)

A EJA configura-se como um espaço que acolhe trajetórias de vida atravessadas por rupturas educacionais, desigualdades sociais e silenciamentos históricos. No caso das mulheres, essas experiências adquirem complexidade ainda maior quando analisadas sob a ótica da interseccionalidade, cujos marcadores sociais não apenas estruturam as condições materiais de existência, mas também influenciam as formas como as mulheres constroem e narram suas experiências de vida. Assim:

> [...] a pesquisa narrativa valoriza o contexto particular e as nuances da experiência individual e as histórias que os participantes contam não são meros reflexos de uma realidade objetiva, mas sim construções que envolvem interpretações pessoais moldadas por fatores culturais, sociais e temporais. (Borrego; Azevedo, 2025, p. 140).

Nessa perspectiva, a subjetividade emerge como um dos elementos centrais para a compreensão das memórias individuais. Borrego e Azevedo (2025) afirmam:

> [...] a subjetividade é reconhecida como fonte de conhecimento, o que é especialmente relevante em contextos educacionais por serem espaços onde as experiências dos participantes (estudantes, professores e gestores) são muitas vezes influenciadas por suas trajetórias de vida, crenças e interações sociais. (Borrego; Azevedo, 2025, p. 141).

Compreender as vivências das mulheres na EJA nesse contexto de grande subjetividade e especificidades exige uma abordagem metodológica que vá além de dados quantitativos ou diagnósticos técnicos objetivos das pesquisas tradicionais. "Ao se afastar da busca por generalizações e dados quantitativos, a pesquisa narrativa concentra-se na compreensão profunda das experiências individuais, reconhecendo que estas são únicas ao mesmo tempo que carregam significados universais." (Borrego; Azevedo, 2025, 144). Assim, a pesquisa narrativa, ancorada nos princípios da memória, se apresenta como uma ferramenta potente de escuta, reconhecimento e reconstrução das histórias de vida dessas mulheres. A pesquisa narrativa parte da premissa de que os sujeitos constroem sentidos sobre suas experiências por meio da rememoração.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Neste processo, a memória tem papel relevante. Maurice Halbwachs (1990) conhecido por seus estudos sobre a memória, faz a distinção entre memória coletiva e individual. Para Halbwachs, não existe memória puramente individual, toda memória pessoal é mediada por quadros coletivos de referência. A memória coletiva dá suporte, sentido e forma à memória individual, orientando o que lembramos, como lembramos e até o que esquecemos.

De acordo com Pollack (1992, p. 201) Halbwachs afirma que "a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes." Sendo assim, a memória entendida neste artigo, refere-se não somente ao fato de uma discente lembrar-se de sua trajetória educacional (memória individual), mas essa lembrança só fará sentido em relação às experiências comuns com outras mulheres que enfrentaram as mesmas exclusões e desigualdades (memória coletiva).

No contexto da EJA, a memória das mulheres representa uma dicotomia: revela cicatrizes deixadas por uma educação excludente, marcada por evasões precoces, violências simbólicas, responsabilidades familiares impostas precocemente e pela invisibilidade de seus saberes e ao mesmo tempo essas lembranças também carregam resistências e estratégias de sobrevivência — elementos fundamentais para a compreensão do empoderamento feminino em espaços educacionais.

Ao narrarem suas trajetórias educacionais, as mulheres não apenas recordam fatos isolados, mas ressignificam suas dores e afirmam suas lutas por reconhecimento, autonomia e dignidade, reconstruindo seu sentimento de identidade. Segundo Pollack (1992, p. 212) a identidade é compreendida como uma representação de si para si mesmo e para os outros, construída ao longo da vida. Essa construção identitária é influenciada pelo olhar do outro e pelas interações sociais, sendo constantemente negociada e sujeita a transformações. Assim, o autor conclui que memória e identidade não são essenciais fixas, mas valores socialmente disputados, frequentemente marcados por conflitos individuais e coletivos.

A pesquisa narrativa, ao valorizar a memória e a construção da identidade, aproxima-se de uma epistemologia feminista que reconhece os saberes cotidianos

Volume 2026
ISSN 2319-0868

como formas válidas de conhecimento. Em vez de enquadrar a mulher em categorias rígidas, ela a escuta em sua inteireza, reconhecendo as contradições, os silêncios e as potências presentes em sua trajetória.

Segundo Borrego e Azevedo (2025) “a aplicação da pesquisa narrativa segue uma série de etapas. Embora a flexibilidade seja uma característica marcante dessa metodologia, algumas etapas são comumente seguidas para garantir a validade e a confiabilidade da pesquisa em si.” As autoras citam como etapas da pesquisa narrativa: Definição do problema de pesquisa e escolha dos participantes; Prospecção das Narrativas; Interpretação das Narrativas e a Apresentação dos Resultados.

Ao utilizar a narrativa enquanto método de investigação primeiramente definimos, neste contexto, temas que problematizem as desigualdades de gênero, os desafios específicos enfrentados pelas mulheres e suas estratégias de resistência, assim a pesquisa contribuirá para dar visibilidade às suas trajetórias historicamente silenciadas.

A seleção ética e representativa das participantes, aliada à criação de um ambiente seguro e acolhedor para a coleta das narrativas, possibilita que as mulheres expressem suas vozes e experiências de forma legítima. Conhecer essas vivências muito nos interessa pois, fazem parte do que Arroyo (2013, p. 133) chama de “coletivos historicamente vitimizados” aos quais, segundo o autor, devem ser privilegiados em ter suas vivências e experiências sociais como objeto de pesquisa, pelo “contraste entre suas vivências e as promessas de superação pela ciência e pela tecnologia, pelo conhecimento e sua socialização”, privilégio este que conquistaram ao adentrar a escola. Com certeza haveremos de encontrar muitas narrativas de vivências inspiradoras e de superação entre as discentes da EJA.

“O método comum de pesquisa narrativa é a entrevista. Além das entrevistas, outros métodos são adotados, tais como: pesquisa-formação, investigação documental, imagens, diários, cartas, gravações de áudios e de vídeos.” (Borrego; Azevedo, 2025, p. 147). A análise cuidadosa desses relatos permite identificar padrões de opressão, superação e transformação presentes em suas histórias de vida. Borrego e Azevedo afirmam que “diferentemente de metodologias que buscam

padrões universais nos dados, a pesquisa narrativa está interessada em interpretar o significado das histórias compartilhadas com os pesquisadores."

Independentemente do método a adoção de uma postura ética, empática e respeitosa durante a pesquisa narrativa é fundamental para romper com as práticas de silenciamento que historicamente marcaram a trajetória educacional das mulheres. Criar um ambiente de confiança e acolhimento favorece que as discentes compartilhem suas vivências marcada por inúmeras situações sensíveis.

A apresentação dos resultados "na modalidade da pesquisa narrativa trabalha-se com elementos qualitativos apresentados por meio de excertos das histórias partilhadas, sendo selecionados aqueles que capturaram a essência da investigação científica realizada" (Borrego; Azevedo, 2025, p.148). Aqui a ética e respeito aos sujeitos também se faz muito necessário, a medida em que estes devem ser consultados sobre as transcrições garantindo a veracidade da pesquisa.

A narrativa das mulheres não é apenas um relato pessoal: é um testemunho coletivo que denuncia as ausências estruturais e as desigualdades de gênero, mas que também reivindica o direito à educação como uma experiência libertadora. Dessa forma, investigar as vivências femininas na EJA por meio da narrativa e da memória é mais do que uma escolha metodológica: é um posicionamento ético e político diante da necessidade de romper com os modelos de pesquisa que perpetuam a exclusão e a objetificação. É permitir que as próprias mulheres se constituam como autoras de suas histórias e coautoras das políticas e práticas educacionais que as afetam.

CONCLUSÃO

Diante das reflexões apresentadas, reafirma-se a importância da EJA como um espaço estratégico para o enfrentamento das desigualdades de gênero, a promoção da justiça social e a construção de processos educativos emancipadores. As trajetórias das mulheres na EJA, marcadas por silenciamentos, exclusões e múltiplas vulnerabilidades, evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem suas experiências como fontes legítimas de conhecimento.

A pesquisa narrativa emerge como uma abordagem metodológica potente, capaz de dar visibilidade às vozes femininas historicamente marginalizadas,

Volume 2026
ISSN 2319-0868

promovendo o reconhecimento de suas memórias e subjetividades. A análise das experiências femininas na EJA, sob a perspectiva da pesquisa narrativa, evidencia o potencial transformador desse espaço educativo para mulheres historicamente silenciadas e excluídas. Em contrapartida às pesquisas tradicionais, a pesquisa narrativa busca reconhecer a EJA como território de escuta, acolhimento e ressignificação, tornando-se possível compreender como o retorno à escola se converte em uma poderosa ferramenta de reconstrução identitária, fortalecimento pessoal e emancipação coletiva.

As narrativas de vida, enquanto expressão das memórias, desejos e resistências dessas mulheres, revelam trajetórias marcadas por desafios, mas também por reinvenções e conquistas. É nesse processo de narrar-se e ser ouvida que se firmam novos sentidos para o aprender, viver e pertencer, resgatando a autoestima, o protagonismo e o direito de ocupar espaços sociais e políticos com dignidade e autonomia.

Ao considerar as dimensões interseccionais que atravessam a vida dessas mulheres, a pesquisa narrativa contribui para a desconstrução de estereótipos e para o fortalecimento de uma educação comprometida com os direitos humanos, com a equidade de gênero e com a luta contra as violências epistemológicas. Valorizar as histórias de vida das alunas da EJA é, portanto, um ato político e pedagógico que amplia as possibilidades de empoderamento, autonomia e transformação social.

Compreender a EJA sob essa perspectiva é reconhecer seu papel como um espaço de resistência, pertencimento e reexistência, onde as mulheres podem ressignificar suas trajetórias e afirmar novas formas de ser, saber e agir no mundo. Embora este estudo não esgote a complexidade do tema, pretende-se que ele contribua para fortalecer o debate sobre a centralidade da narrativa e da memória na construção de uma educação mais justa, plural e libertadora.

Assim, reafirma-se a importância de políticas educacionais sensíveis às especificidades das mulheres, bem como da escuta ética e comprometida com suas histórias, como caminho para uma educação verdadeiramente inclusiva, crítica e transformadora.

SANTOS, Josineia Barroso dos; BASTOS, Argemiro Midonês. VOZES FORTES: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E EMPODERAMENTO FEMININO NA EJA. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, Volume 1, Ano 2026, p. 1-25.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Referências:

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa.** 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública.** In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 17- 54. E-book

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates.** Rio Grande do Sul, v. 6, n. 1, p. 173. 2012. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-5269.26722. Disponível: https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722. Acesso em: 16 de jun. de 2025.

BORREGO, C. L.; AZEVEDO, A. B. **Narrativas en la investigación educativa: un enfoque epistemológico.** *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, Colima, v. 2, n. 3, p. 136–164, 2025. DOI: https://doi.org/10.53897/RevESCC.2025.3.05. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm Acesso em: 11 de jun. de 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2000. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf Acesso em: 15 de jun. de 2025.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CARVALHO, Edvaldo do Nascimento; BASTOS, Argemiro Midonês. Pesquisa narrativa na arte-educação: resistência, linguagem e decolonialidade. *Revista da FUNDARTE*, [S. l.], v. 63, n. 63, p. e1554, 2025. DOI: https://doi.org/10.19179/rdf.v63i63.1554. Acesso em: 13 jun. 2025.

CASTRO, Francislene Santos; CRUZ, Rosana Evangelista da. ***O financiamento da educação de jovens e adultos (EJA): elemento contraditório do direito à educação.*** Educar em Revista, São Paulo, v. 40, e89940, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/5fDmC6cXHSHDrrvK4KChhFQ/ Acesso em: 22 de jun. de 2025

REVISTA DA FUNDARTE

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa.** Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. In: NU - Organização das Nações Unidas. *Estudos feministas: uma antologia*. Brasília: UNESCO, 2002. p. 213–230. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/ Acesso em: 11 de jun. de 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 53. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 69. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia do Oprimido.** 69. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HALBWACHS, Maurice**. *A memória Coletiva***. 1. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

KABEER, Naila. ***Resources, agency, achievements: Reflections on the measurement of women's empowerment.*** Development and Change, v. 30, n. 3, p. 435–464, 1999.

ONU MULHERES. ***Princípios de empoderamento das mulheres: a igualdade é um bom negócio.*** Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2017. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, V. 5, n. 10, 1992, p. 200 - 212. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941/1080 Acesso em: 11 de jun. de 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O silenciamento de gênero: a palavra que subverte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 239-254, maio/ago. 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n94-03 Acesso em: 14 jun. 2025.

SANTOS, Josineia Barroso dos; BASTOS, Argemiro Midonês. VOZES FORTES: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E EMPODERAMENTO FEMININO NA EJA. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, Volume 1, Ano 2026, p. 1-25.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. ***Gênero, patriarcado, violência.*** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995

SILVA, Maic Brito da; SANTOS, Jefferson da Silva; GEHLEN, Simoni Tormöhlen. **Algumas compreensões sociofilosóficas da pedagogia freireana em periódicos ibero-americanos de educação.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 49 (contínuo),
e256304, 2023. https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349256304 Acesso em: 22 de jun. de 2025

Recebido em:03/07/2025 .
Aceito em:07/10/2025 .
Editor responsável: Júlia Maria Hummes.

Josineia Barroso dos Santos
Graduada em Química pelo Instituto Federal do Amapá - IFAP (2022); Especialista em Docência para Educação Profissional eTecnológica - IFES (2025); Especialista em Inovações e Tecnologias Educacionais - Samaúma Tech - Unifap (2025); Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP (2023- presente); Professora de Ensino Fundamental I na rede estadual de ensino do Estado do Amapá desde 2006; Professora de Química do Ensino Médio na rede estadual de ensino do Estado do Amapá desde 2024.
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-2137-9629
E-mail: josibarroso360@gmail.com

Argemiro Midonês Bastos
Doutor em Biodiversidade e Biotecnologia. Docente do colegiado de Física do IFAP – campus Macapá, com atuação como orientador no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá e no Programa de Pós-Graduação de doutorado da Rede Bionorte. Líder do Grupo de Pesquisa em Modelagem Aplicada ao Ensino de Ciências (GMAEC) e Membro da Sociedade Brasileira de Física (SBF). É membro do conselho editorial de vários periódicos científicos, incluindo a Revista Multidisciplinar do Amapá (REMAP), Educação Profissional e Tecnológica em Revista e Revista Brasileira de Extensão Universitária

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

(RBEU), além de revisor de outros periódicos científicos nacionais e internacionais e agências de fomento.
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5411-647X
E-mail: argemiro.bastos@ifap.edu.br

Creative Commons Não Comercial 4.0 Internacional de Revista da FUNDARTE está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Baseado no trabalho disponível em https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte. Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em https://seer.fundarte.rs.gov.br/

SANTOS, Josineia Barroso dos; BASTOS, Argemiro Midonês. VOZES FORTES: NARRATIVAS, MEMÓRIAS E EMPODERAMENTO FEMININO NA EJA. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, Volume 1, Ano 2026, p. 1-25.
Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br